



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

MENSAGEM DE S.E. O SR. MINISTRO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO, LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA COMISSÃO ANTI-CORRUPÇÃO (PECAC 2021-2025) E INÍCIO DA DISSEMINAÇÃO PELA CAC DA LEI SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Sr Comissário da CAC, Sergio Hornai

Sr. Presidente da CNE, Alcino Barris

.....

.....

Caros Participantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

I.

Esta é a terceira vez este ano que tenho a honra de participar em eventos realizados pela CAC relativos a importantes temas sobre a prevenção e o combate à corrupção.

Faço-o sempre com muito gosto e trago, de cada vez, as preocupações e a perspetiva do VIII Governo Constitucional sobre esse flagelo de dimensões mundiais e que também atinge o nosso país. Reafirmo também a nossa vontade política de, enquanto Governo, fazer a nossa parte nesse combate e de garantir o necessário apoio e colaboração institucional à CAC e a todas as outras entidades com responsabilidades nesse domínio.

Devo constatar, igualmente, a intensificação da atividade da CAC na sua missão de agir para prevenir e reprimir atos de corrupção sob as suas diversas formas! Quero por isso, começar por saudar vivamente a CAC e todos os seus membros e funcionários e encorajá-los, através do Sr. Comissário Hornai, a prosseguir com o mesmo empenhamento no exercício das suas funções, buscando cada vez mais a eficácia e o real impacto dessa atividade.

Saúdo também o Sr. Presidente e os funcionários da CNE, e todos os demais ilustres participantes deste evento!

II.

Hoje, estamos aqui reunidos por ocasião do 9 de Dezembro - Dia Internacional Contra a Corrupção.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

As Nações Unidas, lembra-nos todos os anos a dimensão e os inúmeros impactos negativos desse flagelo: estimou-se o ano passado que 2.6 trilhões de dólares são roubados devido à corrupção, correspondendo a 5% do PIB global. Desses 2.6 trilhões, 1 trilhão de dólares é pago em subornos! Isso significa recursos enormes retirados da carteira de investimentos públicos a favor da educação, da saúde, de benefícios sociais e do desenvolvimento em geral.

Traduz-se, com efeito, em diminuição de “acesso a recursos e oportunidades” mas também da confiança nas instituições públicas e nos políticos!

Por isso, o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, constatou também que, em todo o mundo, os cidadãos estão cada vez mais “com mais raiva” dessas situações. Desde 2018, aliás, a “Transparency International” já alertava para o facto de os esforços anti-corrupção estarem paralisados na maioria dos países e que isso estava a determinar veementes reações da sociedade civil bem como a descrença na sociedade política, nos partidos políticos e, finalmente, na Democracia!

Por isso, repito aqui:

“Em todo o mundo, a luta bem sucedida contra a corrupção deve, pois, ser assumida muito para além da sua vertente de combate ao crime, mas também como um instrumento importante para o reforço e credibilidade do Estado e das suas instituições democráticas!”

III.

Em Timor-Leste, também, essa luta deverá ser prosseguida nessa perspetiva mais global, cruzando todos os setores do Estado, e por isso, o combate à Corrupção não pode ser um desafio exclusivo da CAC. Devem todos os órgãos do Estado bem como os diferentes atores políticos e da sociedade civil, o sector público e privado juntar-se a ela para que este combate seja cada vez mais efetivo e, verdadeiramente nacional!

Recordo que o Relatório Económico do Banco Mundial sobre Timor-Leste, de outubro de 2019,¹ referia que a corrupção representa um dos maiores obstáculos para atração e desenvolvimento do ambiente de negócios no país. Com efeito, cerca de 44 por cento das empresas entrevistadas confirmaram terem recebido efetivamente algum pedido de pagamento, seja em dinheiro ou alguma outra vantagem, para ter facilitado o acesso e a interação com algum servidor público.

Estes são, entre outros, infelizmente, os dados de base: sobre eles temos de continuar persistentemente a agir por forma a modificar radicalmente tal realidade!

¹ Timor-Leste Economic Report, October 2019: Unleashing the Private Sector, World Bank.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Consideramos que nos últimos meses demos, em conjunto, grandes passos nessa direção com:

- a recente aprovação, por unanimidade, pelo Parlamento Nacional e a posterior publicação da Lei n.º 7/2020, de 26 de agosto, sobre Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção incluindo o controle efetivo de rendimentos dos titulares de cargos públicos;
- a adoção pelo Governo de um Programa da Reforma da Administração Pública 2019-2023 que prossegue a melhoria do funcionamento dos serviços públicos, buscando reforçar a transparência, a prestação de contas e a possibilidade de controlo social, através nomeadamente da governação eletrónica e do detalhamento de procedimentos e responsabilidades;
- e agora com a elaboração do Plano Estratégico da Comissão Anti – Corrupção (PECA) 2021-2025 e o seu lançamento.

Por outro lado, ao longo dos anos dotamos o país de diversas entidades com competência para intervir tanto na prevenção, como no combate a comportamentos fraudulentos e à corrupção. Além da CAC e do Ministério Público, penso na Polícia Nacional, na Polícia Científica e de Investigação Criminal, na Inspeção Geral do Estado e na Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça!

Devemos pois concordar que se trata agora de AGIR, apresentar resultados e obter impacto. Entendo que devemos também garantir, nesse impulso para a Ação, que as competências de uns e de outros estejam suficientemente clarificadas para não se sobreporem ou se anularem. Sob pena de haver cacofonia, dispersão e sermos ineficientes e ineficazes!

IV.

Saúdo vivamente, por fim, o facto de a CAC e a CNE aproveitarem também este dia para iniciar com as estruturas e funcionários da Comissão nacional e Eleições a disseminação da Lei nº 7/2020 de 26 de Agosto sobre as Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção.

É uma mensagem muito forte para todos e todas: a preparação e a garantia do desenrolar de eleições de forma livre e transparente é essencial para a existência de uma verdadeira Democracia! Os funcionários da CNE devem pois estar completamente cientes das disposições da referida Lei e das suas especiais responsabilidades na sua observância!





PRESIDÊNCIA DO
**CONSELHO
DE MINISTROS**

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

V.

Termino desejando bom trabalho a todos e que no próximo ano por esta altura possamos já estar a falar de mais resultados e ações na prevenção e combate à corrupção no nosso país! É isso que os cidadãos esperam! É para isso que todos devemos contribuir com ações institucionais e atitudes individuais diferentes!

